

Pacote deverá ser ortodoxo

Murilo Murça

A política econômica do ministro da Fazenda, Maílson da Nóbrega, baseia-se na contenção da inflação e do déficit público, que se enlaçam como causa e efeito, um sempre realimentando o outro. Dentro do perfil conservador demonstrado pelo ministro e sua equipe, todas as medidas anunciadas como prováveis para um "pacote" que poderá ser adotado pelo Governo, podem ser classificadas como "ortodoxas", assim como as já tomadas, como a antecipação no recolhimento de impostos, aumento das tarifas e preços públicos abaixo do índice real de inflação, desova de estoques reguladores e desvinculação da taxa do overnight e do open market das taxas de inflação. Faltam, ainda, uma prevista redução ou suspensão dos leilões para conversão da dívida externa em investimentos.

Com a antecipação do recolhimento do Imposto de Renda e do Imposto sobre Produtos Industrializados, o Governo prevê um ganho fiscal de Cz\$ 400 a Cz\$ 700 milhões, que poderá aumentar a nível estadual com a redução do prazo de recolhimento do Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICM), que deverá ser definida na próxima reunião do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz), no dia 18. Consultores ligados à equipe econômica atual e ao próprio Palácio do Planalto apontam como indispensável, ainda, um aumento significativo na tributação sobre ganhos de capital, afetando particularmente as instituições financeiras.

Continua havendo grande transferência de renda do setor produtivo e do próprio Governo para os bancos — estimada em 6% a 7% ao ano —, fazendo com que o sistema financeiro já participe em mais de 10% do PIB, o que demonstra essa transferência e o desequilíbrio existente entre as diversas áreas econômicas. No entanto, o

sistema financeiro conta com significativo apoio político e eficientes mecanismos de defesa que, acionados, podem provocar abalos na economia em defesa do próprio sistema. Esta seria a área mais visada para uma eventual investida fiscal, já tendo o ex-ministro da Fazenda e do Planejamento, Mário Henrique Simonsen, apontado a necessidade de se taxar em 60% os ganhos nas aplicações com menos de uma semana de prazo.

Estoques

Além dessas medidas na área fiscal, o Governo pensa em lançar mão dos estoques reguladores para impedir que o custo dos alimentos venha a pressionar a inflação. No entanto, graças à política eficiente do ministro da Agricultura, Íris Rezende, de vincular a desova de estoques à evolução geral de custos da economia e à média histórica dos últimos cinco anos das cotações dos produtos agrícolas, o Governo tem, hoje, dificuldades em montar tal operação. Restaria a realização de importações, mesmo que comprometam parte das reservas nacionais, embora possam reduzir preços e também o volume de dinheiro na economia interna (liquidez).

A anunciada "desova" dos estoques teria, ainda, efeitos práticos de pouca monta no controle da inflação, embora pudesse comprometer a capacidade de investimento dos produtores rurais para as próximas safras. Isto porque o Governo só tem estoques significativos de arroz (decorrência, em parte, das importações excessivas do Cruzado), estimadas, hoje, em 4,6 milhões de toneladas. Conta, ainda, com 2,8 milhões de toneladas de milho, não mais que 104 mil toneladas de feijão e somente 15 mil toneladas de carne (as outras 6 mil toneladas estão comprometidas por níveis de radiação que, mesmo dentro dos limites recomendáveis para consumo, não têm aceitação e enfrentam uma batalha judicial para liberação).